

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

PORTO VELHO

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento	22
2.10. Economia local	24
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais	27
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	32

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Porto Velho foi realizada entre os dias 3 e 7 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

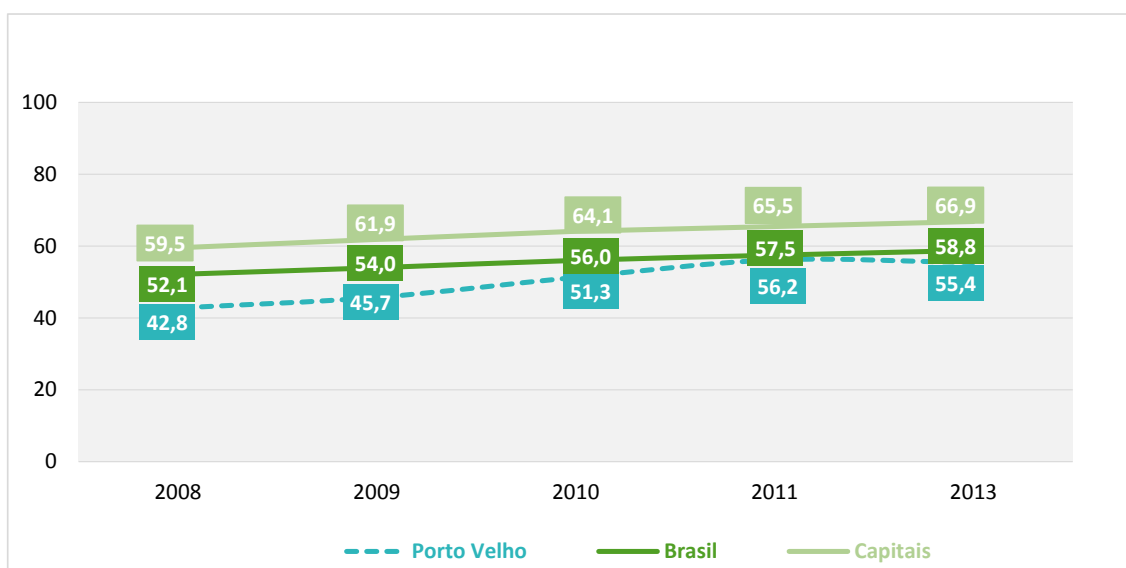
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 55,4 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao do índice obtido em 2011 (56,2):

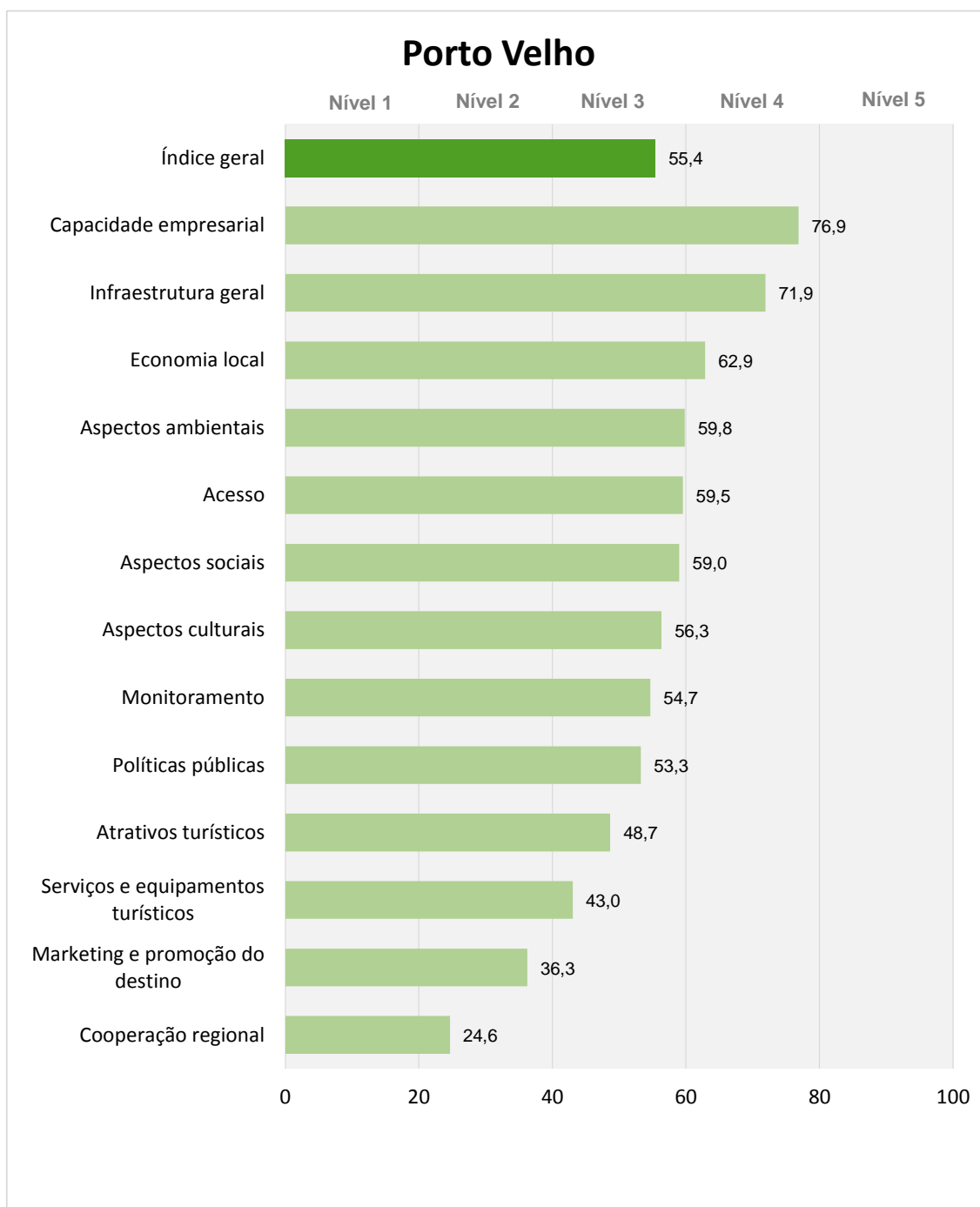
Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Capacidade empresarial, Infraestrutura geral e Economia local, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Marketing e promoção do destino e Cooperação regional, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

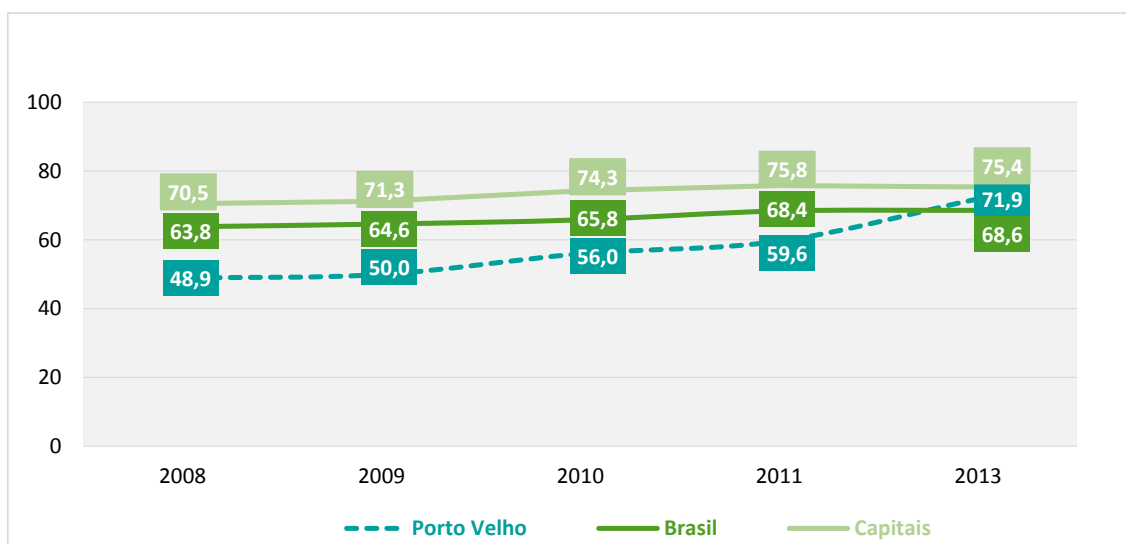


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Porto Velho registrou 71,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias e cirurgias de emergência, laboratório de análise e setor de raio X;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;

- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento – que resgatam por meio de atividades de mergulho, de rapel, tirolesa, fazem proteção à banhistas - guarda vidas, entre outros.;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana – Secretaria Municipal de Serviços Básicos; e
- Disponibilidade de lixeiras, telefones públicos e iluminação no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Ausência de banheiros públicos e abrigos de ônibus no entorno das áreas turísticas.

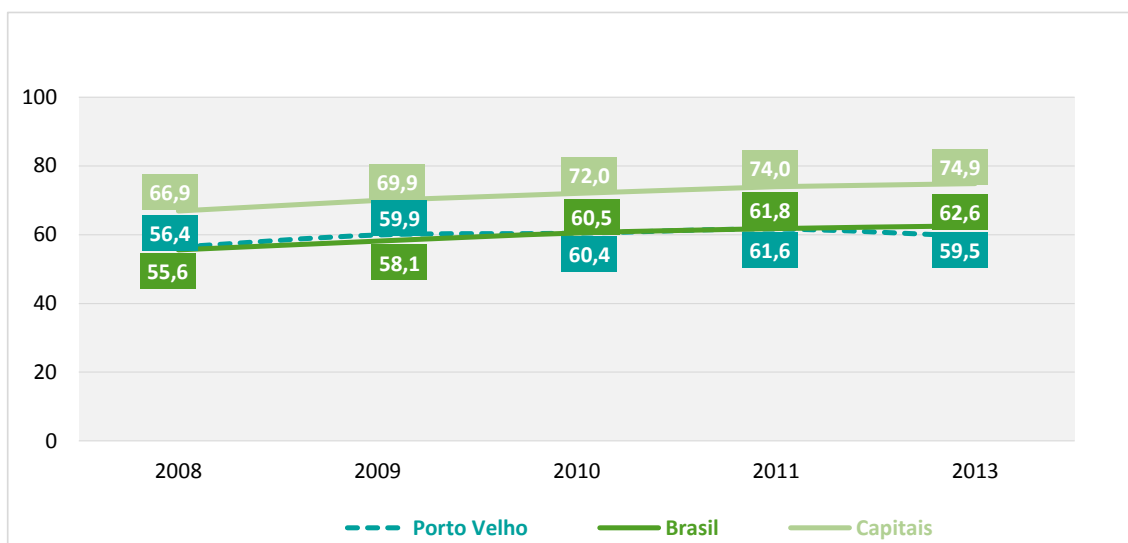
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em Acesso, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 59,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal - Aeroporto Internacional Governador José Teixeira de Oliveira, com Centro de Atendimento ao Turista, lojas, restaurantes e lanchonetes, locadoras de veículos, serviço de táxi, serviço bancário, conforto, limpeza e conservação, ouvidoria, Infraero, facilidades para pessoas com deficiência e sinalização interna em idioma estrangeiro;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo Aeroporto Internacional Governador José Teixeira de Oliveira – ônibus e táxi convencional, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária - ônibus e táxi convencional;
- Terminal aquaviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Ausência de congestionamentos no destino;
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas;

- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;
- Serviços de táxi regularizados e padronizados; e
- Oferta de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas nacionais - Acre e Amazonas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

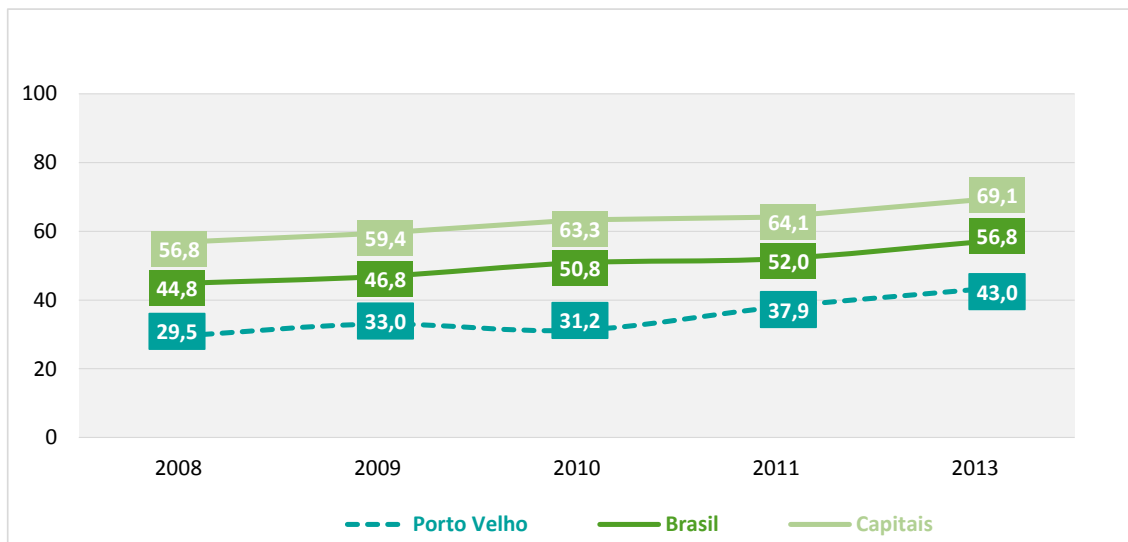
- Inexistência de serviços no terminal rodoviário que atendam ao destino, tais como: Centro de Atendimento ao Turista, facilidades para pessoas com deficiência, serviço bancário;
- Inexistência de serviços no terminal aquaviário que atendam ao fluxo turístico, tais como: conforto e facilidades para pessoas com deficiência; e
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 43,0 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur em bom estado de conservação;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino localizados no Aeroporto e no Complexo Ferroviário Madeira-Marmoré, que oferecem diversos serviços, como contatos de prestadores de serviços, informações e material promocional do destino e de destinos do seu entorno;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – centro de conferências e salas em hotéis para eventos de pequeno/médio porte;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas – city tour, atividades de aventura, transfer/traslado e expedições;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias;

- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e de graduação, nas áreas relacionadas ao turismo no município, como bares, restaurantes e hotelaria;
- Existência de instruções próprias para orientar empresas e ambulantes, que vendem refeições ao público, a respeito da higiene na preparação dos alimentos; e
- Presença de restaurantes com padrão turístico no destino – capacidade para atender turistas estrangeiros -, e de estabelecimentos que fortalecem a gastronomia regional.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

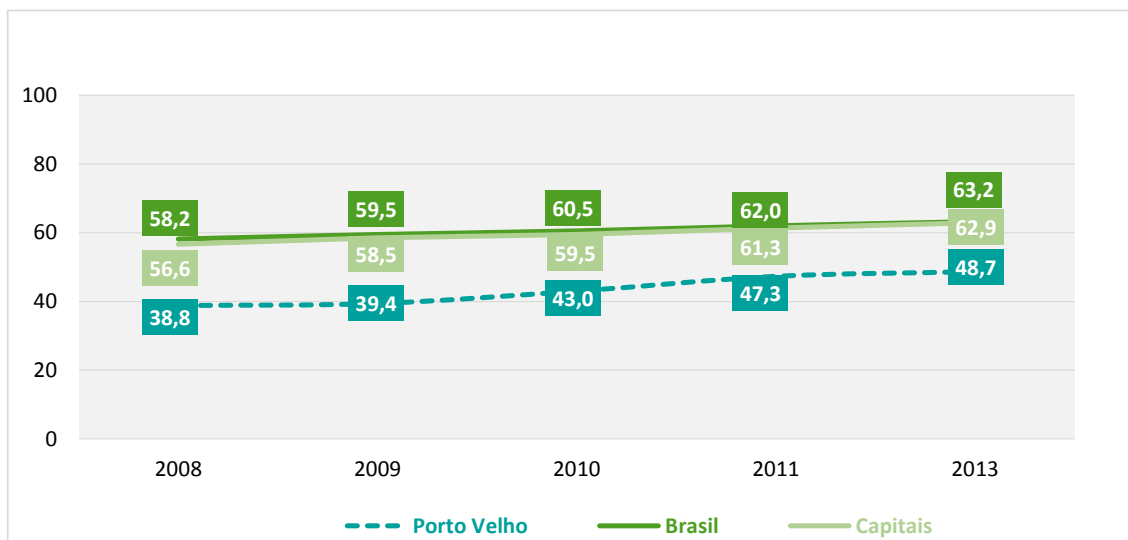
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Indisponibilidade de acesso à internet nas unidades habitacionais da maioria dos meios de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Carência de empresas de receptivo que ofereçam atendimento em idiomas.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 48,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Rio Madeira e Reserva Extrativista do Lago do Cuniã;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Complexo Ferroviário Maderia-Marmoré, Danças Folclóricas e Centro Histórico;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Carnaval de Porto Velho e Quadrilha Flor de Maracujá; e
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural – Rio Madeira -, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;

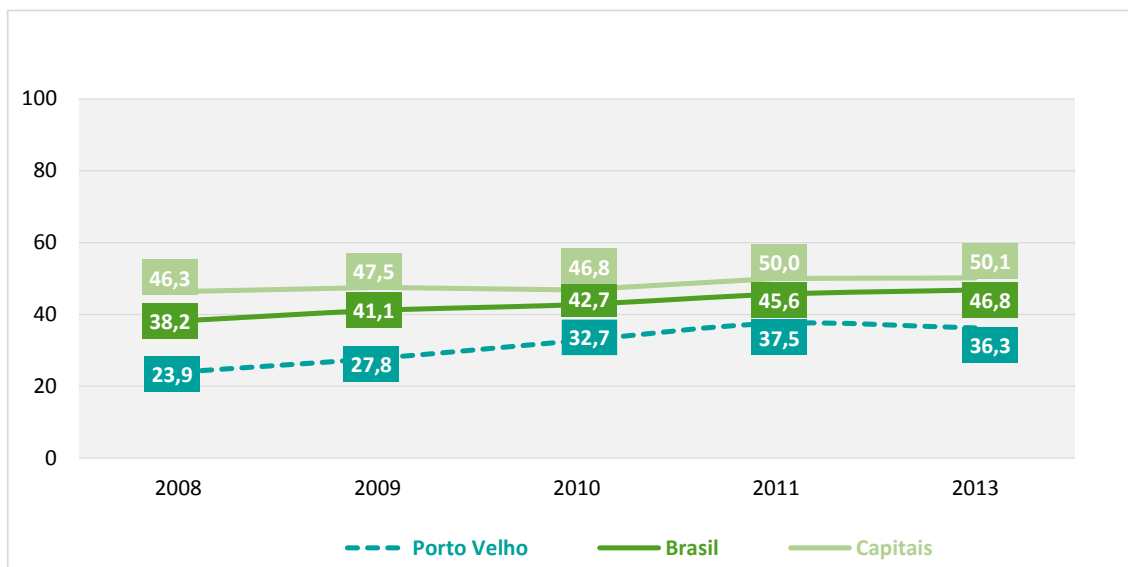
- Conservação do entorno do principal atrativo natural indicado e da estrutura disponível no local carecem de melhorias, por exemplo, melhoria no acesso/pier aos barcos de passeios e nos banheiros públicos do local;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Complexo Ferroviário Madeira-Marmoré;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno e estrutura de apoio aos visitantes no principal atrativo cultural;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado - Carnaval de Porto Velho -, realizado nas ruas da cidade; e
- Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado – Carnaval e na Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, principal realização técnica do destino.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 36,3 nessa dimensão em 2013 (nível 2), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Existência de material promocional institucional disponível – folders, guias turísticos e cartões postais -, em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional; e
- Existência de página promocional de turismo e de informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na internet – acessível pelo endereço www.portovelho.ro.gov.br, com informações em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;

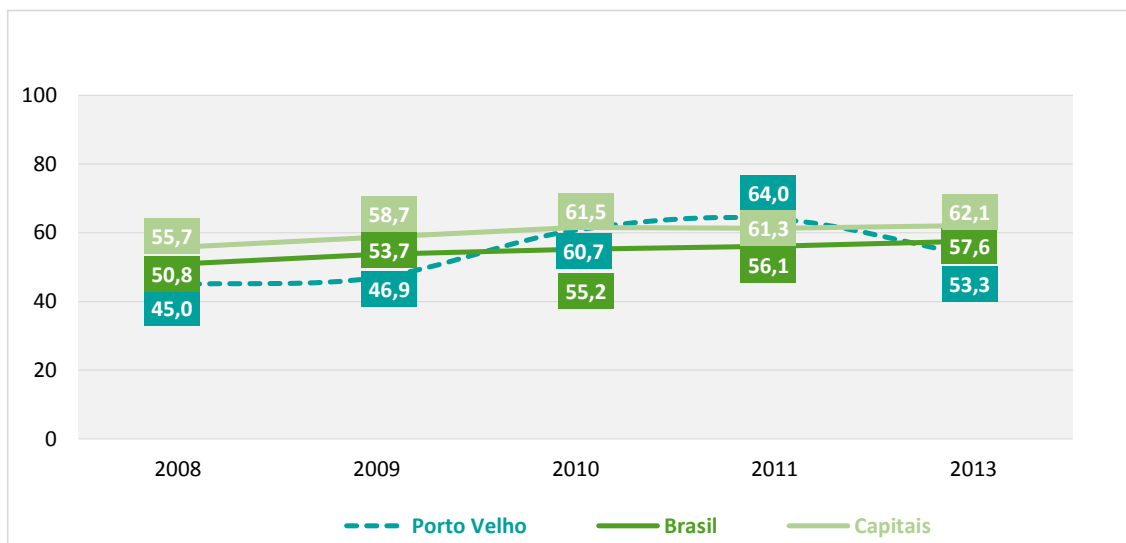
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Não participação em feiras e eventos do setor de turismo e de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não alerta sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Inexistência de material promocional específico que apresente a estrutura disponível para eventos no destino e de agenda de eventos gratuita para consulta; e
- Ausência de informações, na página promocional de turismo do destino, que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 53,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, projetos de infraestrutura e urbanismo;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior, nas áreas de infraestrutura geral, acesso e infraestrutura turística;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo;

- Existência de planejamento formal para o setor de turismo, Plano Municipal de Turismo de Porto Velho, elaborado em 2010; e
- Execução de projeto – 48 horas Porto Velho -, em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior, relacionado às áreas de incremento da imagem do destino e de marketing eletrônico e distribuição.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

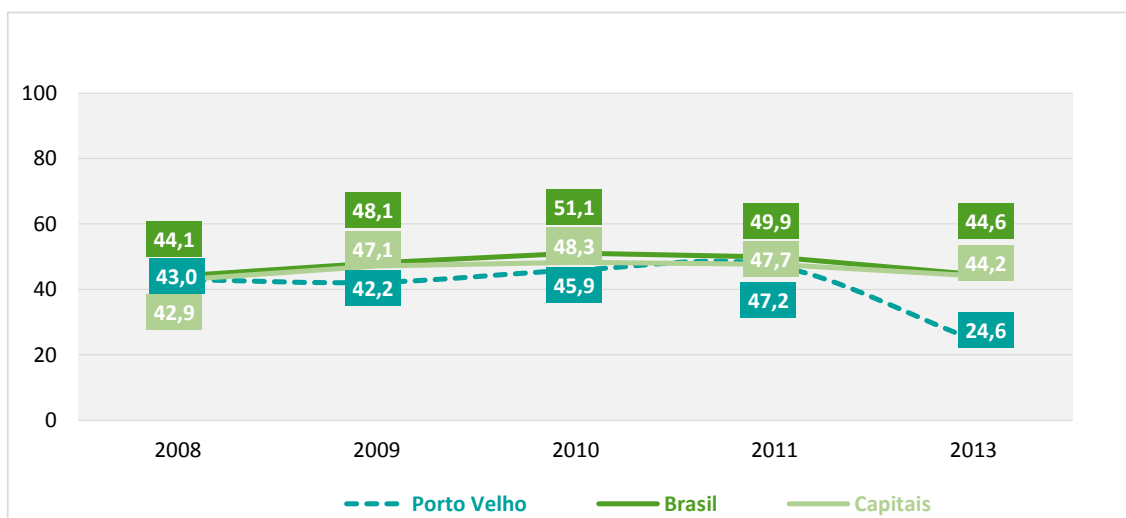
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo e não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor; e
- Não recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 24,6 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino integra roteiro regional – 48 Horas Porto Velho, comercializado por operadores e/ou agências, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico; e
- O destino produz material promocional do roteiro turístico do qual faz parte – 48 Horas Porto Velho.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- Ausência de instância de governança regional, responsável pela coordenação das ações de regionalização do turismo;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região – Polo Madeira-Marmoré;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;

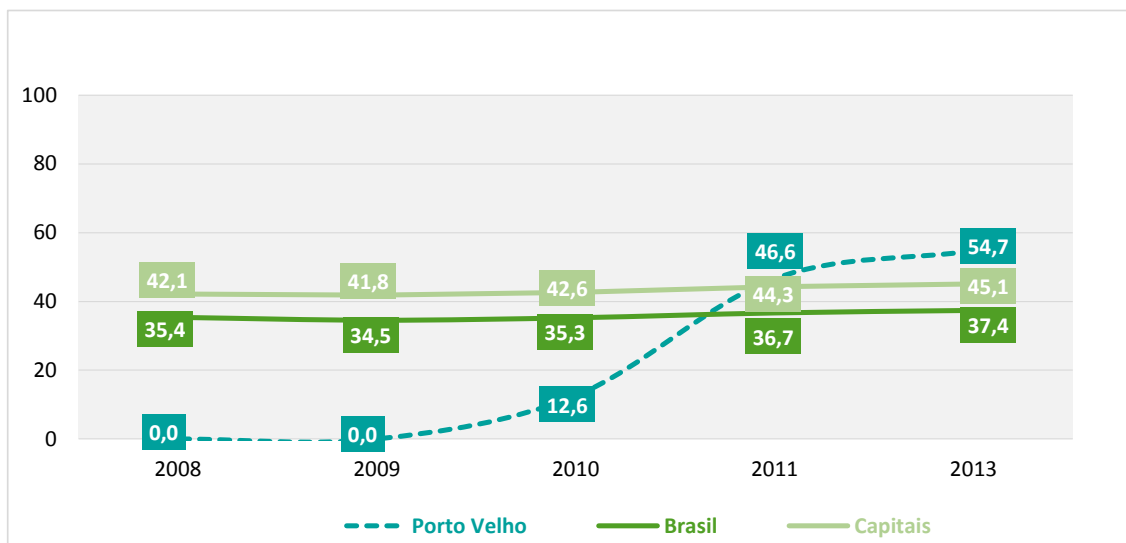
- O roteiro regional do qual o destino faz parte não foi elaborado com base em informações de um inventário ou cadastro da oferta turística e nele não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração;
- Não participação do destino em eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística dos quais faz parte, e não realização de ações promocionais em parceria com outros destinos da mesma região;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz/coproduz material promocional da região turística da qual faz parte – Polo Madeira-Marmoré.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 54,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário da Oferta Turística – atualizada;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento, políticas públicas e ações de marketing e promoção;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas – Banco de Informações Turísticas;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível municipal; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Divisão de Informações Turísticas. que realiza pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de relatórios de conjuntura turística; e

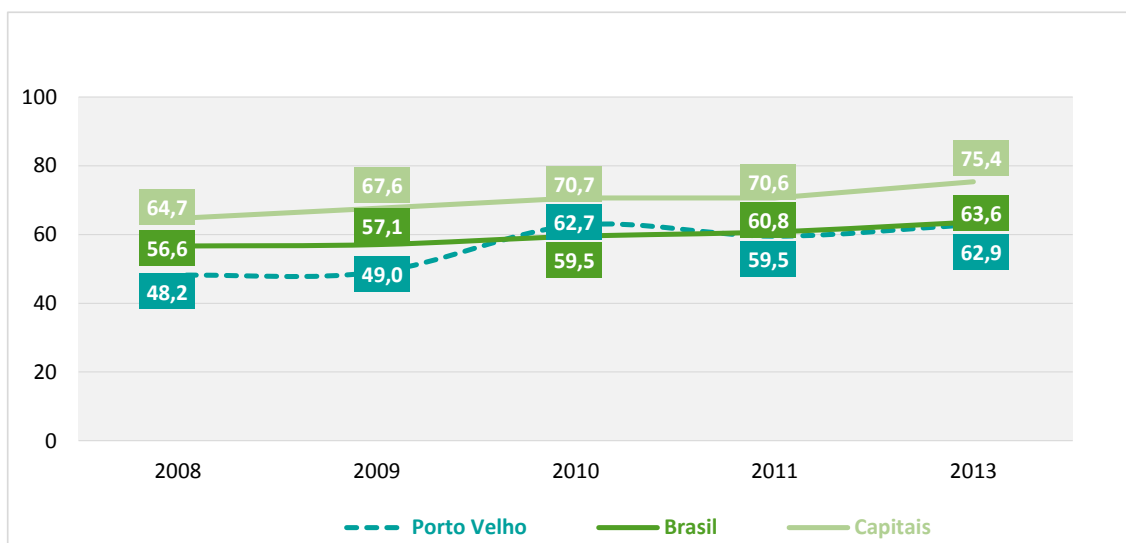
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 62,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos – Centro Histórico;

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco da Amazônia;
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau*, ainda que não exclusivo do destino – Rondônia *Convention & Visitors Bureau*; e
- Existência de um polo de produção significativo – Confecção e Madeireiro – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

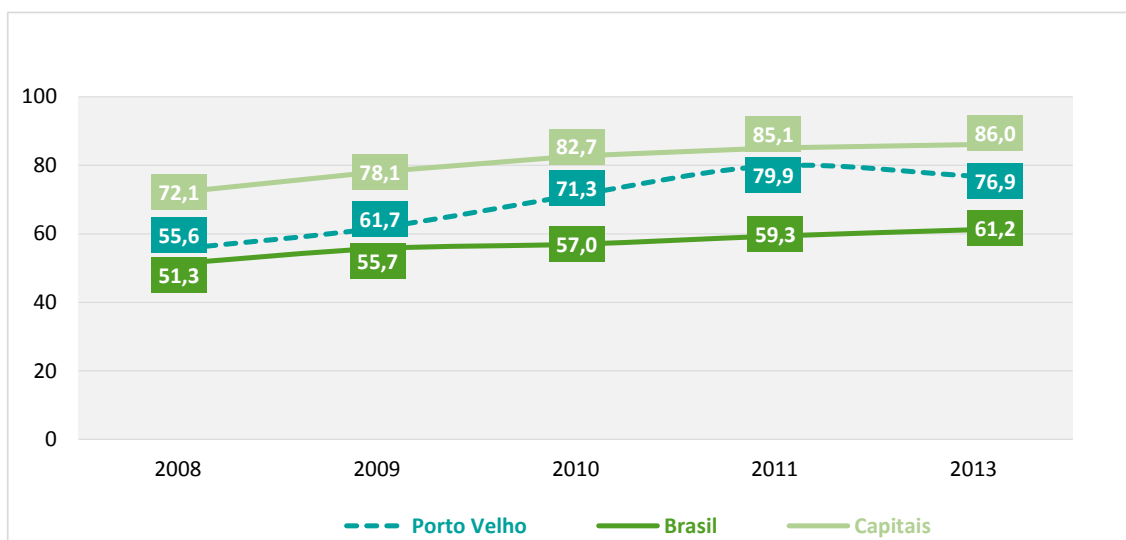
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 76,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior, de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo como arranjos produtivos locais;
- Inexistência de barreiras de entrada para novos empreendimentos turístico no destino; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado e perecíveis – Madeira, banana e soja.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

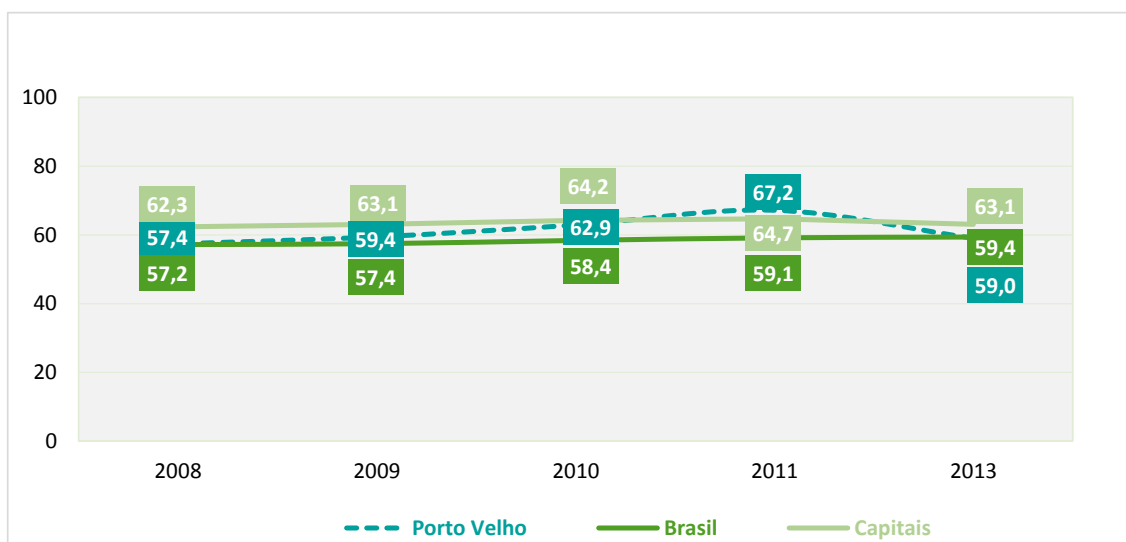
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em hotelaria.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 59,0 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do terceiro setor e do poder público;
- Sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para a preservação do meio ambiente; e
- Envolvimento da sociedade civil com o desenvolvimento da atividade turística por meio de associações de sindicatos e associações de classe.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

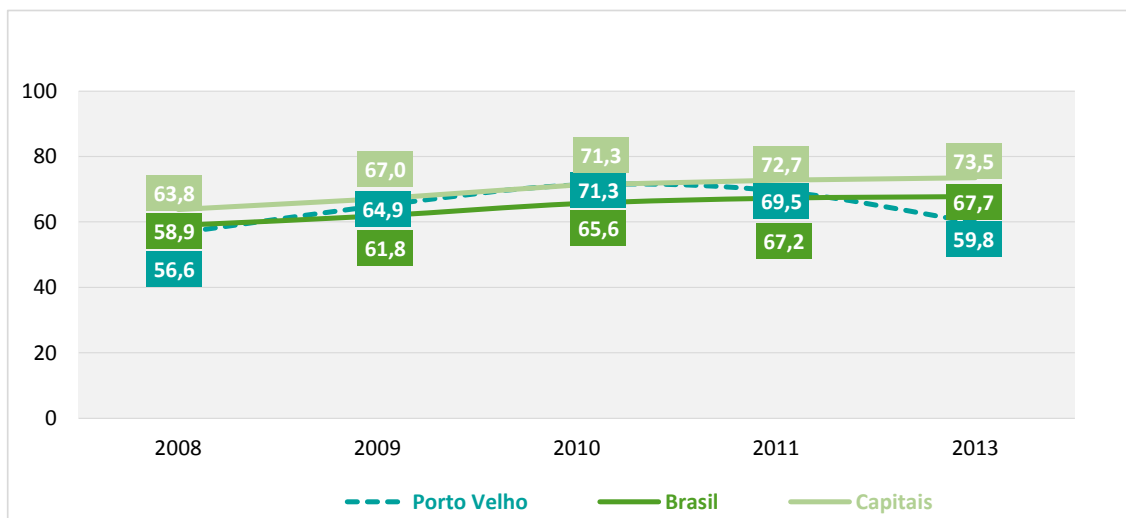
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos; e
- A população não é consultada sobre atividades ou projetos turísticos.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 59,8 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo;
- Existência de um Código Ambiental Municipal - Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho - Lei complementar 138, de 28 de dezembro de 2001;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto ainda que sem configurar separador absoluto;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Reserva Extrativista Lago do Cuniã -, com conselho gestor ativo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

- Existência de ações judiciais públicas contra a vigência do Código Ambiental Municipal;

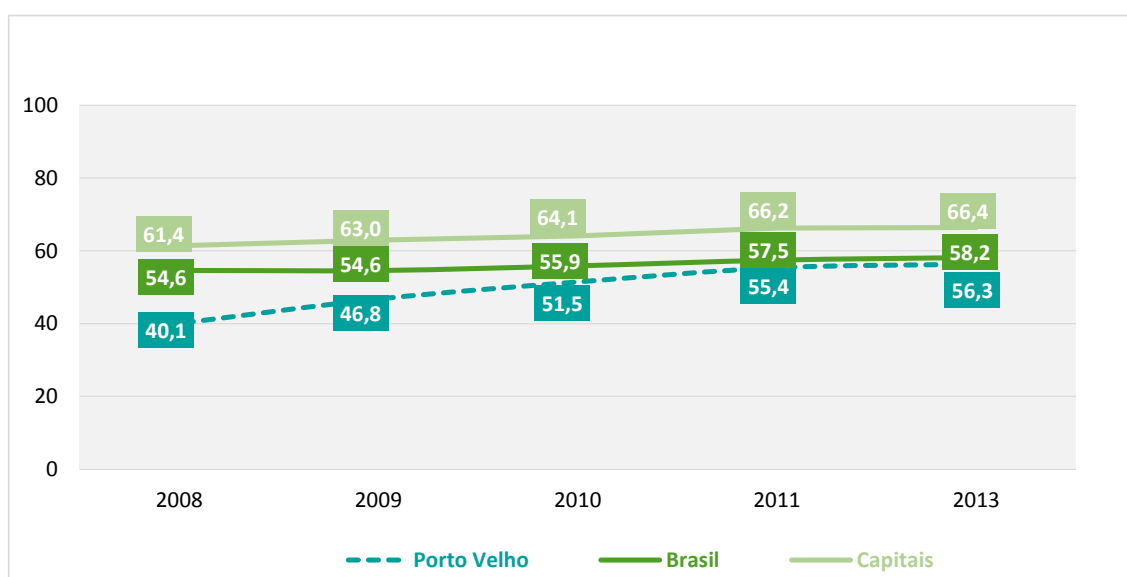
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como Usina Hidrelétrica, Cimentaria e Retirada fluvial de areia;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um local sem estrutura nem capacidade suficiente; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada – Reserva Extrativista Lago do Cuniã.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 56,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice estável em relação ao do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – artes indígenas, pinturas e artesanato feitos com sementes – reconhecida em esfera local, nacional e internacional;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional: derivados da pesca – Tambaqui, Dourado Pirarucu e frutas - Açaí;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas festejos relacionados ao cultivo e quadrilhas; e de manifestações religiosas no destino – Festa do Divino e Festa do Vale do Guapore;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – tribos indígenas e comunidades ribeirinhas;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional: Boi bumbá, Flor do Maracujá, Bloco Vai quem quer;
- Existência de sítio arqueológico protegidos pelo IPHAN – sítios arqueológicos do Estado de Rondônia;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Complexo Ferroviário Madeira-Marmoré que envolve também as três Caixas D'águas, e o seu entorno - Centro Histórico;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura - Fundação Municipal de Cultura
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- O fundo municipal de cultura não é efetivo;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Porto Velho, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			Porto Velho		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	51,3	56,2	55,4
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	56,0	59,6	71,9
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	60,4	61,6	59,5
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	31,2	37,9	43,0
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	43,0	47,3	48,7
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	32,7	37,5	36,3
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	60,7	64,0	53,3
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	45,9	47,2	24,6
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	12,6	46,6	54,7
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	62,7	59,5	62,9
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	71,3	79,9	76,9
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	62,9	67,2	59,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	71,3	69,5	59,8
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	51,5	55,4	56,3

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.